

FEMINICÍDIO E (IN)VISIBILIDADE NO PARANÁ E NO BRASIL: DADOS E LACUNAS DE ENFRENTAMENTO NO 1º SEMESTRE DE 2024

Gabriele Medina Silva¹
Crishna Mirella de Andrade Correa²

Resumo: Diante do aumento dos feminicídios no Paraná no primeiro semestre de 2024, este trabalho insere-se nas ações do projeto de extensão “Mulheres, Empoderamento e Liderança: Políticas Públicas e Ações de Enfrentamento às Violências contra Mulheres – EMPODERA – UEM”, voltado ao enfrentamento das violências contra mulheres. O estudo busca visibilizar, por meio da cartografia, a violência de gênero e as redes de apoio no território. O objetivo foi construir e analisar mapas sobre feminicídio e desigualdade da rede de atendimento no estado. A metodologia incluiu levantamento de dados em plataformas oficiais (LESFEM, SSP-PR, BI2), georreferenciamento no QGIS e finalização gráfica no Photoshop, com linguagem acessível para as redes sociais e espaços educativos. Os resultados mostram a gravidade dos feminicídios e a falta de equipamentos públicos em vários municípios, evidenciando a cartografia como instrumento técnico e político capaz de denunciar, mobilizar a população e subsidiar políticas públicas mais eficazes.

Palavras-chave: feminicídio; invisibilidade de dados; geotecnologia; rede de atendimento; cartografia temática.

1. Introdução

A violência contra as mulheres permanece como uma das expressões mais cruéis das desigualdades estruturais na sociedade brasileira. No primeiro semestre de 2024, o estado do Paraná registrou um aumento significativo de feminicídios tentados e consumados, consolidando-se como o segundo estado com maior número absoluto de casos. Diante desse cenário alarmante, o projeto de extensão “Mulheres, empoderamento e Liderança: Políticas Públicas e ações de enfrentamento às violências contra mulheres. EMPODERA – UEM!” desenvolveu uma série de produtos informativos, com destaque para o mapeamento temático sobre os feminicídios e os equipamentos públicos da política da mulher no Brasil e no Paraná.

Com base em dados atualizados do Laboratório de Estudos de Feminicídios do Brasil (LESFEM), da Secretaria de Segurança Pública do Paraná e da plataforma

¹ Universidade Estadual de Maringá.

² Universidade Estadual de Maringá.

BI2, o projeto construiu quatro mapas analíticos que ilustram a distribuição espacial dos casos de feminicídios tentados e consumados e da rede de atendimento, com ênfase especial no município de Maringá. A proposta visa informar, sensibilizar e fomentar o debate público sobre a importância de políticas públicas eficazes e territorialmente justas.

O mapeamento foi elaborado por uma estudante de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, participante do projeto, em articulação com estudantes de Artes Visuais. A produção envolveu o uso do software QGIS para o tratamento espacial dos dados e do aplicativo Photoshop para ajustes visuais e diagramáticos. A interdisciplinaridade e a linguagem acessível foram elementos centrais para garantir a circulação dos dados nas redes sociais. Os mapas desenvolvidos no âmbito do projeto foram divulgados no Instagram do projeto Empodera – UEM, ampliando o alcance da proposta e fomentando o debate público sobre a violência de gênero.

2. Desenvolvimento

A utilização de programas de geoprocessamento e diagramação gráfica tem sido cada vez mais essenciais para a comunicação científica e o enfrentamento de desigualdades sociais. No contexto do projeto EMPODERA – UEM, as ferramentas QGIS e Photoshop foram utilizadas para transformar dados estatísticos e espaciais sobre o feminicídio em representações visuais acessíveis, compreensíveis e impactantes.

O QGIS, software livre de geoprocessamento, permitiu espacializar os dados de forma precisa, cruzando informações sobre a ocorrência dos crimes, a faixa etária das vítimas, a existência (ou ausência) de equipamentos da rede de enfrentamento à violência e a distribuição territorial desses elementos no Paraná, no Brasil e em Maringá. O uso dessa tecnologia garantiu que os mapas fossem construídos com base em coordenadas reais, respeitando a escala e as divisões políticas, o que confere legitimidade e rigor técnico à produção cartográfica.

Além do caso dos feminicídios, o QGIS tem sido amplamente utilizado em outras temáticas de interesse social e acadêmico. Por exemplo, é frequentemente empregado na análise de áreas de risco ambiental, como zonas de alagamento e

deslizamento em grandes centros urbanos; no mapeamento da distribuição de doenças em estudos de saúde coletiva (como dengue, COVID-19, hanseníase); no acompanhamento da expansão urbana desordenada; ou ainda na visualização de desigualdades no acesso à educação e saúde. Ao representar essas questões graficamente, os mapas ajudam a mobilizar a sociedade e pressionar o poder público por soluções mais justas.

Já o Photoshop foi essencial para finalizar o material com linguagem visual acessível. Foram inseridas legendas didáticas, gráficos explicativos e uma paleta de cores padronizada, que ajuda o público a compreender as categorias de análise (como feminicídio consumado, tentado, ausência de equipamentos etc.). Esse processo de diagramação foi guiado por princípios de design informacional, com o objetivo de atingir não apenas a comunidade acadêmica, mas também alunos do ensino médio, profissionais da rede pública e seguidores nas redes sociais.

Assim, os programas utilizados não foram apenas instrumentos técnicos: foram ferramentas políticas e pedagógicas, capazes de transformar dados brutos em discurso visual com potencial de mobilização social. Ao colocar essas tecnologias a serviço da extensão universitária, o projeto conseguiu aliar ciência, engajamento e comunicação acessível.

2.1. O papel da acadêmica do curso de geografia vinculada ao projeto de extensão

A atuação da acadêmica do curso de Geografia foi fundamental para o desenvolvimento técnico e político dos mapas temáticos. Como estudante da área, sua formação já envolve competências em leitura de território, cartografia temática e análise crítica de dados espaciais, habilidades indispensáveis para a proposta do trabalho. A acadêmica foi responsável por buscar os dados em plataformas oficiais, organizá-los em planilhas, georreferenciá-los no QGIS e articular as informações com os objetivos do trabalho. Também participou das reuniões com o grupo de estudos, elaborou esboços dos mapas, dialogou com colegas das Artes Visuais sobre a linguagem gráfica e contribuiu diretamente na veiculação dos materiais em redes sociais. Essa trajetória evidencia como a presença da Geografia é fundamental

para compreender como o espaço é atravessado por desigualdades e, ao espacializá-las, oferece caminhos para enfrentá-las.

Além disso, o envolvimento da acadêmica contribuiu para reafirmar a importância dos cursos de licenciatura e bacharelado em Geografia nas universidades públicas. Muitas vezes vistas como formadoras apenas de professores, essas graduações oferecem também formação para atuação em pesquisa aplicada, geotecnologias e análise de políticas públicas. A experiência no projeto EMPODERA ampliou o campo de atuação da estudante, demonstrando que o conhecimento geográfico pode ser utilizado na luta contra desigualdades de gênero, raciais e territoriais.

Por fim, a atuação da acadêmica serve como exemplo do potencial transformador da extensão universitária: ela não apenas contribuiu para um produto final de qualidade, mas também foi transformada pela experiência, ao construir um olhar mais sensível e comprometido com a justiça social. A partir dessa vivência, fortaleceu-se sua identidade como pesquisadora, extensionista e futura profissional comprometida com a realidade do seu território.

2.2. Motivação para mostrar o feminicídio e o mapeamento da rede de enfrentamento

O feminicídio, entendido como o assassinato de mulheres por razões de gênero, é o desfecho mais extremo de uma série contínua de violências que afetam as mulheres cotidianamente. Apesar da sua gravidade, os dados sobre feminicídios muitas vezes permanecem invisíveis ou dispersos, dificultando o entendimento amplo do problema e, consequentemente, a formulação de políticas públicas efetivas. Esse cenário de silenciamento e fragmentação de dados motivaram o desenvolvimento deste trabalho, que parte da premissa de que visualizar é tornar visível também o que é ignorado socialmente.

A motivação central para o mapeamento partiu de uma proposta da coordenadora do projeto de extensão EMPODERA – UEM, que, diante do crescente número de feminicídios no Paraná, sugeriu a elaboração de mapas temáticos que representassem tanto a distribuição dos casos quanto a presença (ou ausência) de equipamentos públicos de enfrentamento à violência contra a mulher. A partir dessa

demanda, assumiu-se a tarefa de sistematizar os dados e construir as representações cartográficas, com o objetivo de tornar visível a gravidade da situação e subsidiar ações educativas, informativas e políticas.

A motivação para a realização do mapeamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher surgiu da necessidade de compreender a distribuição territorial dos serviços ofertados. Portanto, os mapas foram essenciais para detectar fragilidades territoriais e fundamentar a análise da violação dos direitos humanos no contexto do enfrentamento à violência contra a mulher.

Além disso, a experiência da acadêmica do curso de Geografia dentro do projeto e no processo de produção dos mapas evidenciou o papel estratégico das universidades públicas na produção de dados confiáveis, críticos e engajados socialmente. A extensão universitária, neste caso, cumpre um papel duplo: formar sujeitos comprometidos com a transformação social e ofertar à sociedade ferramentas concretas para o enfrentamento das violências. Os produtos construídos ao longo do processo, incluindo os mapas, infográficos e relatórios, ultrapassam os muros da universidade e se tornam instrumentos pedagógicos e políticos nas escolas, redes sociais e instituições parceiras.

Portanto, este trabalho foi motivado por uma necessidade real de enfrentar a invisibilidade dos dados sobre feminicídio, construir pontes entre universidade e sociedade, e fortalecer a rede de proteção às mulheres por meio da produção e circulação crítica da informação. Ao mostrar os dados com clareza, o projeto também mostra o que está ausente e é justamente essa ausência que clama por políticas públicas, financiamento e presença do Estado.

2.3. Trajetória do mapeamento e construção dos mapas

A primeira etapa do mapeamento consistiu na busca e sistematização dos dados. Foram utilizadas como fontes principais o Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM), vinculado à Universidade Estadual de Londrina, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, o portal BI2, e outras plataformas públicas e oficiais. A coleta exigiu atenção aos critérios metodológicos de cada base, já que os dados podiam estar organizados por município, por região ou por tipo

de crime (tentado ou consumado). Foi necessário converter parte dos dados em planilhas compatíveis com os formatos aceitos pelo QGIS.

A segunda etapa envolveu o georreferenciamento das informações no software QGIS. Com base nas divisões territoriais do Brasil e do Paraná, foram construídas camadas vetoriais que representavam os municípios, os estados e os pontos de presença ou ausência dos equipamentos públicos da política para mulheres. Cada tipo de dado foi incorporado como uma camada temática: número de feminicídios consumados, tentativas de feminicídio, existência de equipamentos (como Delegacias da Mulher, Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referência), entre outros.

Durante essa etapa, foi necessário tomar decisões importantes sobre classificação dos dados, escolha de escalas, cores e símbolos, a fim de garantir que os mapas fossem informativos sem perder a objetividade. Por exemplo, nos mapas que mostram os feminicídios no Paraná, foi adotada uma escala de cores que varia do amarelo ao vermelho, indicando crescimento no número de casos. Já nos mapas da rede de atendimento, usou-se a simbologia pontual para indicar a presença dos serviços e hachuras para mostrar a ausência deles.

A terceira etapa correspondeu à diagramação e finalização gráfica no Photoshop. Após exportar os mapas do QGIS em alta resolução, eles foram trabalhados com ajustes visuais: inserção de legendas explicativas, títulos, subtítulos e breve contextualização textual para orientar o leitor. O uso do Photoshop também possibilitou alinhar visualmente os quatro mapas em uma mesma lógica de identidade visual, o que favorece sua circulação em redes sociais e apresentações públicas.

Ao longo da produção, surgiram algumas dificuldades, como a escassez de dados atualizados em determinados municípios, a necessidade de padronizar nomenclaturas entre bases e realizar contatos diretos com instituições estaduais. Foram feitas ligações para órgãos da segurança pública e da política da mulher em Maringá, onde as equipes locais encaminharam a demanda para a capital Curitiba. A partir dessas interlocuções, foi possível obter indicações de fontes mais precisas e

atualizadas, como a plataforma BI2 da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, que disponibiliza painéis interativos com dados desagregados por município.

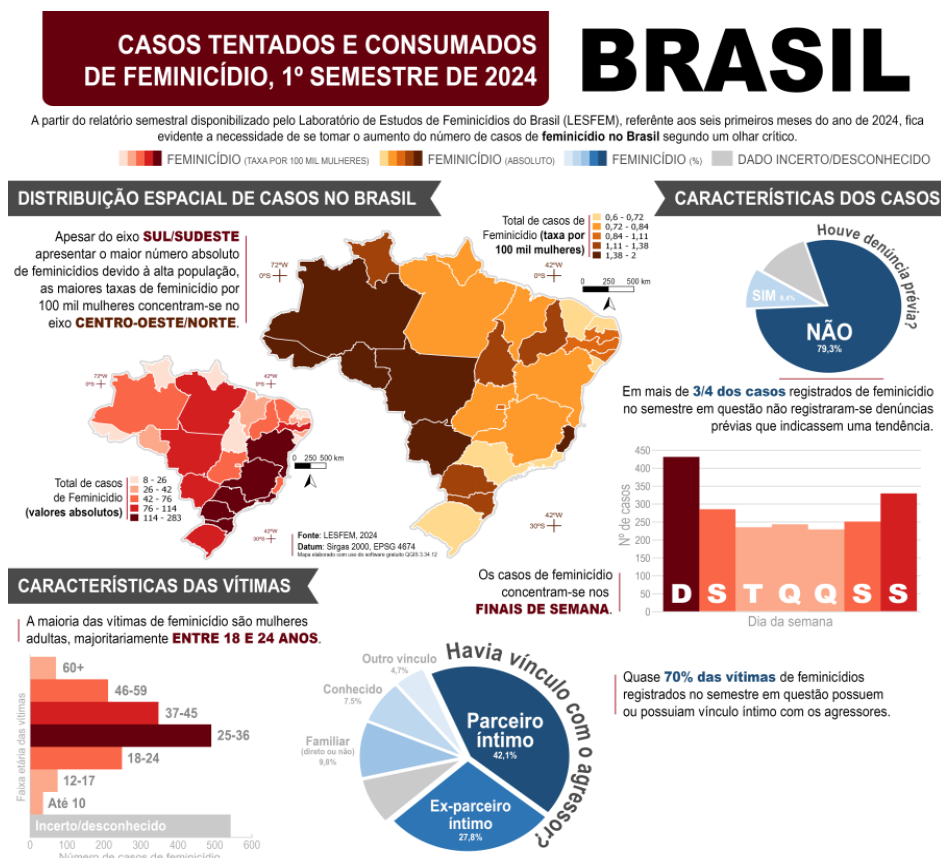
A partir disso, foi possível acessar dados municipais sobre feminicídios e identificar a cobertura da rede de atendimento no território paranaense. Esse movimento de busca ativa evidenciou a dificuldade de acesso aos dados públicos de forma direta, o que reforça ainda mais a necessidade de traduzi-los e organizá-los em linguagem cartográfica acessível para a população. Outro desafio importante foi adaptar a linguagem visual dos mapas para que fossem compreendidos por diferentes públicos, desde estudantes do ensino médio até pesquisadores e profissionais da rede de proteção.

A experiência prática de mapeamento revelou a importância da formação técnica em geotecnologias, mas também da sensibilidade social para lidar com dados que representam vidas perdidas. Cada número no mapa carrega uma história de violência e de ausência do Estado, e o processo de representação desses dados exigiu não apenas competência técnica, mas também empatia e compromisso ético. Assim, o trabalho cartográfico foi pensado como uma forma de denúncia visual, capaz de comunicar de maneira direta a urgência do enfrentamento à violência de gênero.

2.4. Análise dos mapas

A construção dos quatro mapas temáticos possibilitou uma leitura ampla e crítica da realidade do feminicídio e da distribuição dos serviços da política pública para mulheres no Brasil e, com mais profundidade, no estado do Paraná e no município de Maringá. Cada mapa teve um objetivo específico, mas todos se conectam na proposta de denunciar o caráter estrutural e territorialmente desigual da violência de gênero.

O mapa 1 apresenta o cenário nacional. O mapa exibe o número de feminicídios consumados e tentativas ocorridas nos estados brasileiros no primeiro semestre de 2024, conforme dados do Laboratório de Estudos de Feminicídios (LESFEM). Foi adotada uma escala de cores do amarelo ao vermelho, onde os tons mais escuros representam maiores índices absolutos de casos.



MAPA 1 - FEMINICÍDIO NO BRASIL

No primeiro semestre de 2024, o estado do Paraná ocupou o segundo lugar em número absoluto de feminicídios, com 168 ocorrências, sendo 41% consumadas e 59% tentadas. Esses dados, bem como os padrões territoriais e o perfil das vítimas, foram identificados a partir da análise cartográfica realizada pela acadêmica do curso de Geografia. A espacialização das informações revelou uma concentração significativa de casos em municípios como Curitiba, Cascavel e Toledo, além de evidenciar um perfil recorrente das vítimas: mulheres jovens, entre 18 e 24 anos, assassinadas majoritariamente aos finais de semana, sem registro prévio de denúncia e por agressores íntimos. Tais representações cartográficas tornaram possíveis não apenas visualizar a brutalidade da violência de gênero, mas também expor as falhas nos mecanismos de prevenção e proteção institucional.

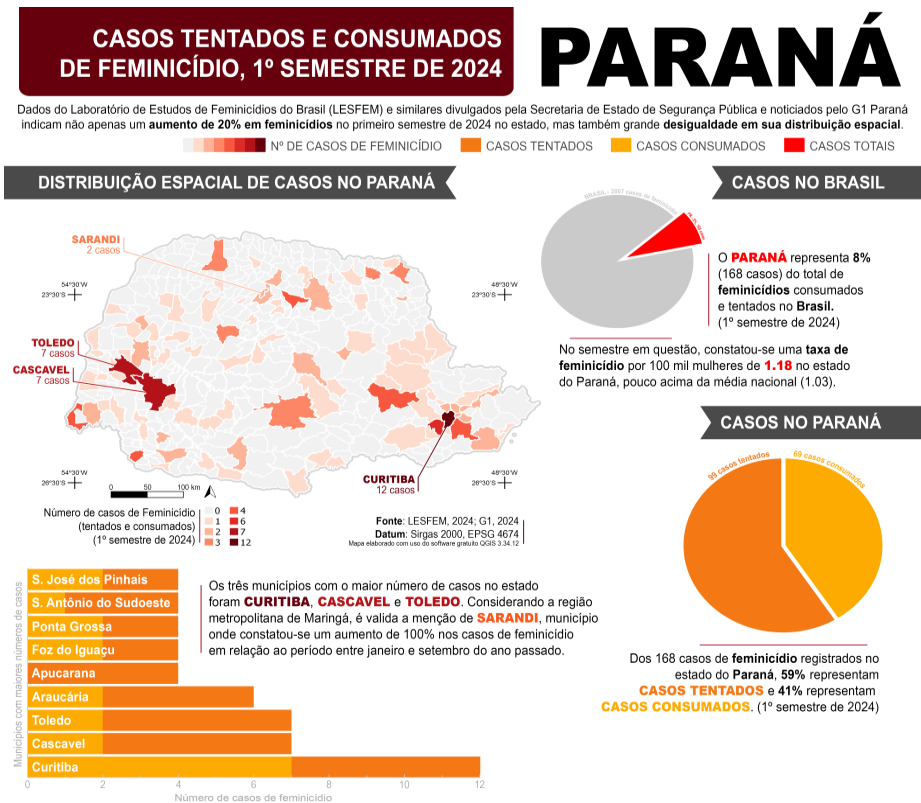
O estado do Paraná ficou atrás apenas de São Paulo em número de feminicídios tentados e consumados, esse destaque negativo já sinaliza a urgência de políticas mais eficazes no enfrentamento da violência de gênero. A visualização

espacial permite perceber que os estados com maiores populações tendem a apresentar os maiores números, mas a taxa por 100 mil mulheres também pode indicar situações críticas em estados com população menor e alta incidência proporcional de casos. O mapa cumpre a função de posicionar o Paraná dentro de um contexto nacional e serve como ponto de partida para os mapas seguintes, que se aprofundam no recorte estadual.

O mapa 2 detalha a distribuição dos feminicídios dentro do estado do Paraná, por município. Os dados foram tratados no QGIS a partir das informações disponíveis na plataforma BI2 da Secretaria de Segurança Pública. Os municípios foram classificados por faixas de incidência, e os maiores números de casos aparecem nos tons mais escuros.

Três municípios se destacam: Curitiba, Cascavel e Toledo, que lideram em número absoluto de ocorrências. A análise territorial revela que o fenômeno do feminicídio não é restrito à capital ou às grandes cidades, mas está presente de forma alarmante em municípios de médio porte, inclusive no interior do estado. Essa visualização ajuda a quebrar a falsa percepção de que a violência contra a mulher está concentrada apenas em áreas urbanas densas.

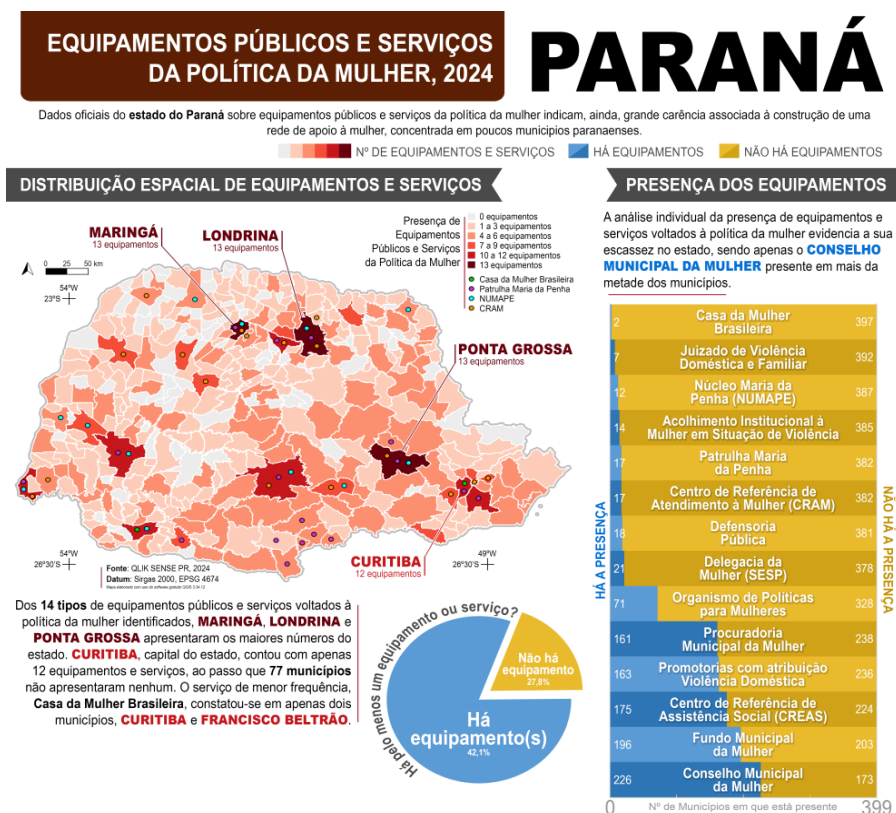
A composição visual do mapa priorizou a legibilidade e o contraste das informações, permitindo que qualquer pessoa possa identificar com clareza o grau de incidência em sua cidade ou região.



MAPA 2 - FEMINICÍDIO NO PARANÁ

O mapa 3 evidencia o descompasso entre a presença do Estado e a ocorrência dos feminicídios. Utilizando simbologia pontual, o mapa mostra a existência de serviços especializados de apoio às mulheres — como CRAMs, Delegacias da Mulher, Casas da Mulher Brasileira, Defensorias Públicas, entre outros. A ausência de pontos indica municípios sem nenhum serviço voltado para o enfrentamento da violência de gênero.

Dos 399 municípios paranaenses, 77 não possuem qualquer equipamento público da política para mulheres. O contraste com o mapa anterior é impactante: muitas das cidades que registraram feminicídios não contam com nenhuma estrutura de acolhimento ou proteção institucional. Por outro lado, cidades como Londrina, Maringá e Ponta Grossa concentram boa parte dos serviços disponíveis.



MAPA 3 - REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PARANÁ

No entanto, é importante destacar um avanço significativo: a inauguração da Casa da Mulher Brasileira no município de Francisco Beltrão, em 12 de novembro de 2024. Esse equipamento é um dos mais completos em termos de atendimento à mulher em situação de violência, pois reúne diversos serviços em um mesmo espaço, como acolhimento psicossocial, delegacia especializada, atendimento jurídico, Ministério Público, Defensoria Pública e espaço para acolhimento temporário. Junto com a unidade de Curitiba, Francisco Beltrão passa a figurar como o segundo município do estado com essa estrutura de alta complexidade.

A presença dessa casa fortalece a rede de proteção em uma região que antes era desassistida, e reforça a importância de políticas públicas descentralizadas, especialmente em áreas do interior. No entanto, a existência de apenas duas Casas da Mulher Brasileira em todo o estado ilustra o quanto ainda falta avançar para que a política de enfrentamento à violência contra a mulher seja, de fato, universal, contínua e territorialmente justa.

O mapa 4 traz o recorte local do município de Maringá, onde o projeto de extensão está sediado. O mapa mostra a distribuição dos serviços especializados na cidade, como a Delegacia da Mulher, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), o Ministério Público, além da recente criação de um CRAM itinerante, que busca ampliar o acesso aos serviços para mulheres de bairros mais afastados.



MAPA 4 - REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MARINGÁ

Diferente da maioria dos municípios do estado, Maringá apresenta uma rede relativamente estruturada. No entanto, isso não significa que a cobertura seja suficiente. A criação do CRAM itinerante, por exemplo, evidencia a necessidade de levar o atendimento para fora do centro urbano, reconhecendo que as barreiras de mobilidade e acesso ainda persistem, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. Este mapa dialoga diretamente com as ações do projeto EMPODERA – UEM, uma vez que os dados aqui representados também servem de base para oficinas, rodas de conversa e debates com a comunidade escolar e universitária. A proposta é aproximar os dados da realidade vivida pelas mulheres da cidade.

3. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo construir e analisar representações cartográficas da violência de gênero no Brasil, com foco no feminicídio e na desigualdade territorial da rede de atendimento à mulher no estado do Paraná. O resultado dessa produção vai além da visualização gráfica: os mapas transformam dados, muitas vezes dispersos ou invisibilizados em uma narrativa visual potente, que denuncia, informa e sensibiliza.

A proposta está inserida nas ações do projeto de extensão EMPODERA – UEM, o qual compreende que a luta contra a violência de gênero exige estratégias educativas, comunicacionais e políticas. A produção dos mapas revelou o papel essencial das universidades públicas na articulação entre ciência e sociedade, especialmente quando se trata de temas sensíveis e urgentes como o feminicídio. Por meio da atuação de uma estudante do curso de Geografia vinculada à extensão universitária, foi possível desenvolver um produto que une competência técnica com compromisso social, promovendo o diálogo entre formação acadêmica e engajamento político, fortalecendo a ferramenta da interdisciplinaridade dentro dos projetos.

As análises demonstraram que o Paraná apresenta índices alarmantes de feminicídio, sendo o segundo estado com maior número de casos tentados e consumados no primeiro semestre de 2024. Ao mesmo tempo, revelou-se a profunda desigualdade na distribuição dos serviços públicos de atendimento às mulheres. O contraste entre os locais onde os crimes ocorrem e a presença (ou ausência) de estruturas de acolhimento é um dos pontos centrais denunciados por meio da cartografia temática. Embora haja avanços pontuais, como a recente inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Francisco Beltrão, o cenário geral ainda é de concentração de serviços em grandes centros e ausência total em dezenas de municípios.

Por fim, este trabalho reforça a importância da cartografia como ferramenta política, educativa e mobilizadora. Tornar os dados visíveis é também uma forma de resistência. Que esses mapas possam continuar circulando em escolas, redes sociais, debates e espaços de formação, cumprindo o papel de fortalecer o

enfrentamento coletivo à violência contra meninas e mulheres em todo o território brasileiro.

4. Referências Bibliográficas

EMPODERA – Mulheres, Empoderamento e Liderança: Políticas Públicas e Ações de Enfrentamento às Violências contra Mulheres – UEM. *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/empodera.uem?igsh=aXA3amg3MXkyMzJw>. Acesso em: 10 ago. 2025.

G1. Paraná tem aumento de 30% em feminicídios, mostra balanço da Secretaria de Segurança Pública. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/10/08/parana-tem-aumento-de-30percent-em-feminicidios-mostra-balanco-da-secretaria-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 05 nov. 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Mulheres do Paraná*. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Mulheres-do-Parana>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LESFEM – Laboratório de Estudos de Feminicídio, Universidade Estadual de Londrina. *Monitor Brasil*. Londrina, 2024. Disponível em: <https://sites.uel.br/lesfem/monitor-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. *Plataforma BI2*. Disponível em: <<https://bi2.pr.gov.br/single/?appid=170f2260-08e7-418d90f2a6522ecf8d68&sheet=f62ebd54-f0fb-4e39b1b36cd88f292e57&opt=currsel%2Cctxmenu>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/>. Acesso em: 11 nov. 2024.